

Avaliação Social

Data: 15 de maio de 2.018

Subvenção: CEPF-100459

Beneficiário: Associação Quilombo Kalunga – AQK

*Nome do projeto: Use Geoprocessing in the Management of the Kalunga
Historic and Cultural Heritage Site*

**Local do Projeto: Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – SHPCK, nos
municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de
Goiás, Estado de Goiás, Brasil**

Resumo da Subvenção

- 1. Organização do beneficiário:** Associação Quilombo Kalunga - AQK.
- 2. Nome da subvenção:** Use Geoprocessing in the Management of the Kalunga
Historic and Cultural Heritage Site.
- 3. Número da subvenção:** CEPEF-100459.
- 4. Valor da subvenção:** USD \$ 189, 885.00.
- 5. Datas propostas para a subvenção:** 01/06/2018 a 30/11/2019.
- 6. Países ou territórios onde o projeto será realizado:** Brasil, Estado de Goiás, municípios de
Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina
de Goiás.
- 7. Resumo do projeto:** Este projeto será desenvolvido no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga
– SHPCK, em uma área de 261.999,69 hectares e pretende ao final estar
estruturado em um Sistema de Informações Geográficas –SIG com pessoas das
Associações dos kalungas capacitados a atualizar e utilizar o referido SIG para
realizar permanentemente a gestão ambiental, territorial, socioeconômica e
cultural do SHPCK.
- 8. Nome, título, telefone e endereço de e-mail do pessoal beneficiário responsável por este plano.**

NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL
Vilmar Souza Costa	Presidente da AQK	62 996464029	vilmarquiaki@yahoo.com.br
Sionilio Paulino da Silva	Presidente da AKCE	62 996895642	aqkalunga@gmail.com
Ester Fernandes de Castro	Presidente da AKT	61 99656 4669	esterinakalunga@yahoo.com.br
Eriene dos Santos Rosa	Presidente da AKC	62 99656 5887	erienne.kalunga@gmail.com
Manuel Edeltrudes Moreira	Presidente da AKMA	62 99628 7862	ticomanuelkalunga@yahoo.com.br

Wanderleia dos S. Rosa	Presidente da HIPOTECAMPO	62 99923 6921	wanderleiakalunga@hotmail.com
Antônio Avelino Oliveira	Contador da AQK	62 99638 2405	contabilidadeprogresso@uol.com.br
Jorge Moreira de Oliveira	Tesoureiro da AQK- Diretor Financeiro do Projeto	62 99695 6160	aqkalunga@gmail.com
Elizon Dias Nunes	Diretor Técnico do Projeto	62 99130 7896	elizonnunes@hotmail.com
Durval Fernandes Mota	Apoio Técnico	62 99801 5757	dfm.ibgt@gmail.com

9. Data de preparação do presente documento: meses de maio e junho de 2017, atualizado no mês de maio de 2018.

10. **Povos Indígenas afetados ou comunidades remanescentes de quilombo:**

Os Quilombolas kalunga, moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga- SHPCK, em torno de 7 a 8 mil pessoas, são o maior Quilombo do Brasil em termos de área e população. Os Quilombolas e as Comunidades Tradicionais são considerados “grupos indígenas” pelo Banco Mundial no Brasil. Todas as famílias de uma forma positiva serão afetadas. Só terão o incômodo de ter que responder o questionário socioeconômico, mostrar o uso e a ocupação que fazem da sua área, devendo posteriormente participar mais ativamente da gestão ambiental e territorial do SHPCK.

Os pescadores que não são da comunidade kalunga, não são também indígenas. Eles são das cidades da Região, do Entorno e do Distrito Federal (Brasília).

11. **Impactos potenciais:**

Os impactos positivos:

- Maior conhecimento sobre as potencialidades do território;
- Uso mais adequado do solo por parte das famílias kalungas;;
- Maior conhecimento sobre a população residente no SHPCK;
- Melhor conhecimento sobre a produção e transformação dos produtos;
- Maior conhecimento sobre as áreas com maior ocorrência dos frutos do cerrado e possibilidade de sua preservação;
- Conhecimento das nascentes e a possibilidade de sua preservação ou recuperação das que foram degradadas;
- Criação das condições técnicas para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Territorial;

Os impactos negativos:

- As famílias kalungas não vão perder renda, somente alguns que se associaram aos compradores de madeira, mas esta é uma atividade ilegal;
- Os pescadores praticantes da pesca predatória não são da comunidade kalunga, vem de fora (cidades da Região, do Entorno e do Distrito Federal/Brasília) e a pesca não é uma atividade econômica deles mas para lazer. As famílias kalungas vão continuar a pescar, mas somente para consumo próprio, como já vem fazendo a aproximadamente 300 anos;
- Com relação as queimadas, os kalungas já conseguiram realizar um avanço significativo e não haverá prejuízos para plantar as suas lavouras.
- Algumas famílias podem não crer nos benefícios do projeto e não querer cooperar com as diretorias das Associações.

12. Preparação participativa:

Resumo das atividades anteriores de envolvimento das partes interessadas:

A diretoria das Associações tem discutido sobre o projeto e também no grupo de Whatsapp AQB Comunicação tem sido discutido e informado o andamento do projeto e dessas adequações:

1. Sobre o projeto ele foi discutido através do Grupo da AQB a mais de dois anos atrás (a primeira proposta foi submetida ao CEPF em setembro de 2016) e disponibilizado regularmente nas várias versões para as pessoas do grupo terem acesso, foi também divulgado em outros grupos dos kalungas;
2. Não foram realizadas reuniões, mas discutido regularmente na diretoria da AQB;
3. Indivíduos, grupos e/ou organizações não foram consultadas;
4. Processo realizado para documentar foram usados e-mails, arquivos digitais para documentar tudo que foi feito até aqui.
5. Dia 24 de maio 2018, AQB vai fazer uma grande reunião com a participação do INCRA e do Governo do Estado de Goiás que deve reunir em torno de 1500 pessoas. Haverá pessoas de todas as comunidades com um número relativamente grande de pessoas, próximo de 20% da população total. A ideia é de utilizar esta reunião para explicar o que o projeto seria e como os recursos seriam investidos. Poderíamos fazer três banners: um com os 5 KBAs dentro do Território kalunga e um com as fotos das 20 espécies em risco e um com o georreferenciamento. O objetivo é de colocar como ponto de pauta e submeter o projeto a votação por aclamação. Faríamos um vídeo e enviaríamos ao CEPF para provar o interesse e a aprovação da população.

Após a aprovação final da proposta de projeto:

1. A Diretoria da AQB se reunirá com as Diretorias das demais Associações para explicar e nivelar as informações como o projeto será realizado;
2. Na sequência serão realizadas reuniões ampliadas nos Municípios de Cavalcante nas localidades do Engenho II que serão organizadas pela AKCE, no Vão do Moleque, no Vão de Almas que será organizada pela AKC; no município de Teresina de Goiás serão realizadas duas reuniões nas localidades Ema e Ribeirão que serão organizadas pela AKT e por último serão realizadas três reuniões no Município de Monte Alegre organizadas pela AKMA nas regiões do Bom Jardim, Riachão e São Pedro.
3. Nestas reuniões serão explicados como será desenvolvido o projeto e apresentadas as pessoas que farão a coleta das informações socioeconômicas e geográficas sobre o uso da terra. Serão explicados também como cada família poderá cooperar com este processo para facilitar os trabalhos;
4. Durante todos esses encontros serão compartilhadas as informações sobre os impactos desejados do projeto e apresentados o mecanismo de reclamações, críticas e sugestões do projeto.
5. A equipe do RIT será convidada a participar de todas as fases de implementação do projeto.

13. Estratégias de Mitigação:

Para evitar esta descrença das pessoas, as diretorias das Associações farão uma boa preparação das reuniões de esclarecimento e de validação e treinará os jovens kalungas que irão fazer os trabalhos de coleta de dados nas casas das famílias, durante todo o período de implantação do projeto.

Posteriormente utilizarão toda a informação para organizar a produção e o uso sustentável do território, buscando preservar ao máximo o Cerrado.

14. Monitoramento e avaliação:

Será criada uma comissão integrada por um membro da diretoria de cada Associação que fará o monitoramento visando garantir a política de salvaguarda e encaminhando relatórios periódicos para o CEPF e / ou à Equipe de Implementação Regional. As metodologias de monitoramento e avaliação serão de conformidade com as especificidades deste projeto. Para tanto a comissão composta de 5 dirigentes de

Associação realizarão 10 visitas nas diversas regiões onde estão sendo realizado os trabalhos e 6(seis) reuniões para preparar os relatórios para o CEPPF e o RIT.

15. Orçamento:

Para organizar seis reuniões de avaliação, dez viagens de acompanhamento nas diversas regiões do SHPCK para acompanhar os trabalhos e para realizar a divulgação dos endereços para reclamação estimamos um gasto de R\$10.000,00 (dez mil reais) que será co-financiado pela AQK com recursos transferidos pela AKCE, oriundos da exploração do ecoturismo.

16. Mecanismo de Reclamação:

1 – Será criado um Grupo no Whatsapp exclusivo para que as pessoas interessadas neste projeto, quer da comunidade kalunga ou outras partes interessadas dos Municípios ou do Estado, ou mesmo os proprietários terras possam externar as suas opiniões;

2 – Serão divulgados através de banner fixados nas casas Kalunga dos três Municípios, na internet na página da AQK com os endereços de e-mail, telefones dos dirigentes das Associações, da Equipe de Implementação Regional e do Diretor de Subvenção do CEPF disponibilizando-as ao público, para que possam apresentar as reclamações ao beneficiário que devem ser comunicadas à Equipe de Implementação Regional e ao Diretor de Subvenção do CEPF no prazo de 15 dias, juntamente com uma resposta proposta.

Se após a resposta o reclamante ainda não estiver satisfeito, a reclamação pode ser enviada diretamente ao Diretor Executivo do CEPF através do e-mail dedicado (cepfexecutive@conservation.org) ou pelo correio. Se o reclamante não estiver satisfeito com a resposta da Secretaria do CEPF, a reclamação poderá ser enviada ao escritório local do Banco Mundial.